Battisti envia carta ao STF para se defender da condenação por homicídio

O ex-militante comunista Cesare Battisti encaminhou carta, nesta quinta-feira (26/2), aos ministros do Supremo Tribunal Federal. Nela, afirma que não foi o responsável pelo assassinato de quatro pessoas, crimes pelos quais foi condenado na Itália. Ele conta como entrou na militância comunista e critica o seu país por não lhe dado a oportunidade de esclarecer as acusações de homicídio.

O documento, tido como memorial, provavelmente será anexado ao processo de extradição (EXT 1.085) que tramita na corte contra Battisti, ajuizado pelo governo italiano. A decisão, contudo, depende do relator, ministro Cezar Peluso.

Battisti foi condenado pela Justiça italiana no dia 13 de dezembro de 1988 pelo homicídio de quatro pessoas. Os crimes teriam sido cometidos entre 1977 e 1979.

Com data de 25 de fevereiro, a carta foi endereçada aos 11 ministros que compõem o Supremo e enviada por meio do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para cada gabinete. Segundo Battisti, a carta é a primeira oportunidade que teve de se explicar perante a Justiça. Na Itália, afirma, foi impedido de se defender adequadamente nos seus julgamentos.

“Nunca tive a possibilidade, na Itália, de defender-me. Nunca um juiz ou um policial me fez uma só pergunta sobre os homicídios cometidos pelo grupo ao qual pertencia, os Proletários Armados pelo Comunismo, PAC. Nunca a Justiça italiana ouviu meu testemunho”, escreveu. “Hoje, trinta anos depois, pela primeira vez na minha vida, tenho a ocasião de explicar-me perante uma Justiça, a Justiça do Brasil. E creio sinceramente na seriedade e consciência desta justiça”, completou.

Ainda na carta, Battisti diz o publicado não é a verdade sobre sua história, ele esclarece os episódios relacionados às acusações de quatro homicídios feitas contra ele, faz menções à sua família, à ação política da época em que era jovem e ao PAC.

Em relação aos crimes, expôs os fatos que vivenciou e outros dos quais foi informado. Disse ter aversão a sangue e escreveu que, com o passar do tempo, esse sentimento aumenta na vida de um homem. “E nunca matei e nem quis matar qualquer pessoa”, declarou.

“Não sou responsável por nenhum dos homicídios de que sou acusado, senhores ministros. Constantemente fui utilizado no processo como um bode expiatório, por arrependidos”, afirmou. Segundo Battisti, a melhor prova de que sua declaração é verdadeira deve-se a falsos mandatos que, conforme ele, foram comprovados por perícia grafotécnica.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

“Espero, senhores ministros, que me tenham entendido, apesar do ataque irracional e desmedido de setores muito influentes de um país — a Itália — contra mim. Sobre a minha vida e sobre a minha honra, posso afirmar que lutei sempre contra as ofensas físicas durante a revolta italiana, e que nunca atentei contra a vida das pessoas. Essa é a verdade, que nenhuma prova contrariou”, disse o italiano ao finalizar a carta.

Leia a carta.

Brasília, 25 de fevereiro de 2009 (16h)

Excelentíssimos Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal

Gilmar Mendes – presidente
Cezar Peluso – vice-presidente
Celso de Mello
Marco Aurélio
Ellen Gracie
Carlos Britto
Joaquim Barbosa
Eros Grau
Ricardo Levandowski
Carmen Lúcia
Menezes Direito

Senhores Ministros,

Tomo a permissão de dirigir-me a Vossas Excelências com a convicção de que, pela primeira vez, terei oportunidade de ser ouvido plenamente pela alta corte deste país, inclusive para expor porque fui impedido, de exercer minha defesa de maneira adequada nas ocasiões anteriores em que fui julgado.

Quero dizer a verdade da minha história e esclarecer os episódios relacionados às terríveis acusações lançadas contra mim. Nunca tive a possibilidade na Itália, de defender-me. Nunca um juiz, ou um policial me fez uma só pergunta sobre os homicídios cometidos pelo grupo ao qual pertencia, os Proletários Armados pelo Comunismo, PAC. Nunca a justiça italiana ouviu meu testemunho. Nunca um juiz interrogou-me: "você matou?". Hoje, trinta anos depois pela primeira vez na minha vida, tenho a ocasião de explicar-me perante uma justiça, a justiça do Brasil. E creio sinceramente na seriedade e consciência desta justiça. Agradeço muito Vossas Excelências pela disposição, Senhores Ministros, de ouvir minha palavra.

Cresci numa família comunista muito militante. O meu pai e os meus irmãos arrastaram-me, muito jovem, para a ação política. Aos dez anos, meu pai já me levava para gritar slogans de revolta, na rua. Mas, aos 17 anos compreendi que o homem cujo retrato era afixado na nossa casa era Stalim, e lancei-o pela janela. Aquilo, abriu uma crise política com o meu pai, e deixei a minha família, para juntar-me à

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

rua, com as centenas de milhares de pessoas que se revoltavam desde 1968 contra o binômio da política italiana: "Democrazia Cristiana – Partido Comunista Italiano, DC-PCI". Pertencia, então, a um grupo de jovens "autônomos" que vivia em uma comunidade. Eram militantes não armados. É mesmo verdade que para financiar nossa atividade militante, folhetos e etc., levantávamos recursos através de roubos. Para embelezar estes delitos, que foram extremamente numerosos nessa época na Itália, todos os jovens chamavam estas ações não de "roubos", mas de "reapropriações proletárias". E devo confessar que detestava estas ações simplesmente porque tinha medo. Este medo persistiu durante toda a minha ação militante, tema ao qual voltarei.

Foi devido a uma destas "reapropriações proletárias" que fui encarcerado pela primeira vez, mas que realmente devia-se à nossa vida de militantes sem dinheiro. Na prisão encontrei um homem mais idoso, Arrigo Cavallina, que pertencia a um grupo de luta armada, os PAC. Não gostava de sua personalidade, ao mesmo tempo fria e febril, mas impressionavam-me sua cultura e suas teorias revolucionárias – mesmo se não compreendia tudo o que ele dizia. Quando fui libertado em 1976, voltei à minha comunidade: havia se tornado um deserto. Certos companheiros tinham morrido, mortos pelos policiais nas manifestações. Os outros estavam devastados pela droga. Nessa época, grandes quantidades de droga barata foram distribuídas maciçamente em todas as grandes cidades para quebrar o movimento de revolta. Em seguida as entregas foram suspensas, e todos os jovens que tinham caído na armadilha da "heroína" tinham-se tornado fantasmas em estado de "necessidade", pensando apenas em encontrar droga, e não na ação política. Amedrontado por este espetáculo, fiz o grande erro da minha vida: tomei um comboio para Milão e entrei no grupo armado dos PAC. Sem compreender nessa época, que, lá também, caia numa armadilha fatal.

O chefe militar deste grupo era Pietro Mutti. Também era importante Arrigo Cavallina. Descrevi longamente a estranha personalidade de Pietro Mutti no livro que escrevi no Brasil durante a minha fuga: "Minha fuga sem fim". Este trabalhador tinha tido graves problemas com droga, e tinha saído disso graças à ação política. Isto fazia dele um fanático, uma verdadeira máquina de guerra. Apesar de seu caráter muito contido, tornamo-nos amigos. Mas Pietro Mutti supervisionava-me incessantemente, para ver se eu estava a "altura", e eu tentava sê-lo. Os PAC eram especializados sobre a ação social e a melhoria das condições prisionais. O grupo cometia regularmente ações de apropriações aos bancos, para assegurar o seu financiamento e também ações aos locais de "lavoro nero", trabalho sem carteira. Aquilo sim, eu fiz. Todo esse ativismo militante nunca o neguei. Pietro Mutti tinha sentido perfeitamente o meu medo, durante estas "ações obrigatórias", que eu sempre detestei. Estávamos armados – embora uma boa parte das armas não funcionasse. Temia sempre que um dos companheiros atirasse sobre o vigia do banco, se este vigia levantasse a mão com a sua arma. Havia desenvolvido uma técnica para evitar aquilo: lançava-me com as mãos nuas sobre o vigia e punha-o no solo de surpresa. Porque sabia que uma vez por terra, ninguém atiraria nele. Fiz aquilo numerosas vezes. Conto esta pequena história que pode parecer anedótica, para assegurar-lhes, Senhores Ministros, que não sou de maneira alguma "um homem sanguinário", como tem sido escrito incessantemente, mas ao contrário. Vossas Excelências podem também pedir a informação aos meus irmãos, Vicenzo e Domenico, como eu reagia quando era jovem e matavam um animal em nossa pequena exploração agrícola, mesmo que fosse um frango. Essa aversão ao sangue nunca diminui na vida de um homem. Pelo contrário, aumenta. E nunca matei e nem quis matar qualquer pessoa.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Quero deixar claro à Vossas Excelências o que sei sobre os quatro homicídios pelos quais fui acusado na minha ausência, sob alegações diversas. As acusações foram de que eu teria cometido os assassinatos de Santoro e Campagna, que eu teria sido cúmplice sobre o lugar no caso da morte de Sabbadin, e que teria organizado a ação que matou Torregiani, morto no mesmo dia de Sabbadin. Sabem, Senhores Ministros, que fui preso em 1979 com outros militantes clandestinos e que fui julgado na Itália durante o primeiro processo dos PAC, onde estava presente. Houve numerosos casos de tortura durante este processo, com suplício da água, mas eu mesmo não fui torturado. Nenhuma vez durante este processo fizeram-me uma só pergunta sobre os homicídios. Os policiais sabiam perfeitamente que não os tinha cometido. Por conseguinte, fui condenado em 1981 por "subversão contra a ordem do estado", o que era verdade e o que eu não negava no processo. Fui condenado a 13 anos e seis meses de prisão, porque naquela época as penalidades, de acordo com as novas leis de urgência, eram multiplicadas por três para os ativistas. Esse tempo foi depois reduzido para 12 anos.

O meu processo, único e verdadeiro processo ao qual tive direito na Itália, foi concluído. Estava numa das "prisões especiais" que tinham sido construídas para nós, chamados de "terroristas". Como prova de que a justiça italiana reconhecia aquela época a minha inocência quanto às acusações de homicídio, fui transferido para uma prisão para "aqueles cujos atos não causaram a morte". Mas o procurador Armando Spataro, que chefiava o esquema de torturas pela região de Milão, continuava a se incomodar comigo e bloqueou a minha correspondência com a minha família. Soube com três meses de atraso por uma visita da minha irmã, que o meu irmão Giorgio tinha morrido, num acidente de trabalho. O choque para mim foi imenso. Aquilo, e o fato de que, a cada dia, no passeio, prisioneiros desapareciam sem razão, para seguidamente retornar meses após embrutecidos e mudos, ou não retornavam, fez-me tomar consciência de que as leis não seriam nunca normais para nós. Por causa disso, e apenas por isso, tomei a decisão de fugir. E não para "fugir da justiça" dado que o meu processo estava terminado. Evadi-me em quatro de outubro de 1981, e deixei folhas em branco assinadas, aos meus antigos companheiros, para o caso de processo por minha evasão. Fui para a França. Antes de ir, em 1982, ao México. E porque ignorava completamente que a justiça italiana movia um novo processo contra os PAC, este famoso processo na minha ausência onde fui condenado à prisão perpétua sem luz solar. Fiquei sabendo disso com estupefação, quando retornei à França, mesma data em que soube do falecimento de meu pai há dois anos atrás. Tal fato, a perda de meu pai, foi mais relevante que qualquer decisão da justiça, pois pensei que nenhum juiz consciencioso poderia considerar com seriedade um processo como esse.

Devo recomeçar a minha história em 1978 quando era ainda membro dos PAC. Desculpe-me, por favor, por me prolongar Senhores Ministros, mas é a primeira vez, repito-o, que posso explicar-me na frente de uma justiça digna deste nome e desejo dizer à Vossas Excelências tudo o que sei. Em maio de 1978, eu soube, como todos os italianos e o mundo inteiro do sequestro e assassinato de Aldo Moro pelas brigadas vermelhas. Olhava horrorizado esta imagem da mala do automóvel, um KL – na televisão, e posso dizer que esse dia tornou-me outro homem. Há na minha vida "antes de Aldo Moro" e "após Aldo Moro". Nesse dia eu senti duas coisas: o horror que me inspirava aquele ato, a náusea na frente de todo aquele sangue vertido por todos os lados. Compreendi também que o uso das armas era uma armadilha, na qual a extrema esquerda tinha caído. Decidi nesse dia romper com a luta armada, definitivamente. Em toda a Itália, a morte de Aldo Moro suscitou enormes discussões em todos os grupos armados. No que respeita aos PAC, decidimos por uma nova palavra de ordem, segundo a qual estaríamos armados para

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

defender-nos, mas nunca para atacar pessoas. Estupidamente fiquei tranquilizado por esta decisão, votada pela maioria. Mas um mês depois, em junho de 1978, um grupo autônomo dos PAC, dirigido por Arrigo Cavallina e chefiado por Pietro Mutti, sem consultar a totalidade dos membros responsáveis, matou o chefe dos agentes penitenciários, Santoro. Houve imediatamente uma reunião, muito agitada. Pietro Mutti e Arrigo Cavallina defenderam esse homicídio com grande vigor. Nesse mesmo dia deixei o grupo, como uma boa parte dos membros antigos que se opunham a todo ataque contra pessoas. Pietro Mutti ficou furioso contra mim, considerava que o trai.

Juntei-me, então, ao que era chamado "um coletivo de grupos territoriais". Também armados mas não ofensivos. Vivia com muitos outros clandestinos num velho prédio de Milão. Sabiamos quase tudo o que se passava e se dizia na cidade e é assim que, no inicio do ano de 1979, soubemos que os PAC preparavam ação contra homens de extrema direita que praticavam autodefesa, que andavam sempre armados (espécie de milicianos). Eu não sabia quem era a pessoa visada, e não sabia que, realmente, os PAC tinham decidido matar dois desses justiceiros de extrema direita, Torregiani em Milão e Sabbadin na região de Veneza. Eu quis impedir esses atos, sangrentos, estúpidos e contraproducentes para a resistência. Um verdadeiro suicídio político, posto que indefensável. Pedi autorização, em nome do "grupo territorial", para participar de uma reunião dos PAC, na casa de Pietro Mutti. Cheguei com dois outros companheiros. Havia lá muitos membros novos que eu não conhecia, e que tinham substituído as nossas partidas do ano procedente. Expliquei a Pietro Mutti e aos outros a estupidez e a loucura do seu projeto. Muito rapidamente a reunião caminhou mal, e o tom se tornou muito elevado. Os membros dos PAC disseram-me que eu não tinha mais direito de dar o meu parecer dado que não pertencia mais ao grupo e a reunião terminou sob forte tensão. Eu não sabia quem devia ser morto. Cerca de um mês depois, ou menos, soube pelos jornais que Torregiani tinha sido assassinado e que durante o ataque uma bala do revólver de Torregiani tinha atingido o seu próprio jovem filho Alberto. Recordo que fiquei gelado na calçada ao ver o jornal. Soube também que um outro membro da milícia havia sido morto no mesmo dia na região de Veneza, Sabbadin. Fiquei chocado e também envergonhado, muito perturbado, porque eu tinha pertencido a esse grupo, que se tornou assassino.

E dois meses após, em abril – mas não recordo da data – um policial de Digos, Campagna, foi morto também. O senador Suplicy interrogou-me para saber se tinha álibis às datas destes homicídios. Mas penso que podem compreender, Senhores Ministros, que, até mesmo por não os ter cometido, sou incapaz de recordar das datas desses crimes. Além disso, vivíamos escondidos nos apartamentos, e os dias eram vazios, intermináveis e muito semelhantes. É-me impossível recordar 30 anos depois, onde estava naquelas datas, certamente no apartamento, que praticamente nunca deixávamos.

Seguidamente no verão houve uma grande operação no norte da Itália e fui preso com todos os ocupantes do prédio. Sim, é exato que havia armas no lugar, mas a própria justiça italiana estabeleceu, por uma avaliação de balística, que eram virgens, que nenhuma delas nunca tinha sido usada para dar um único tiro.

Muitos dos fatos que conto agora não os vivi, dado que estava no México. Soube deles, em 1990, na França, quando fui informado do conteúdo do segundo processo que começou com a detenção de Pietro Mutti em 1982. Soube, na França, que Pietro Mutti tinha sido torturado e tinha se constituído "arrependido", que aceitava colaborar com a justiça italiana em troca de sua liberdade e uma nova identidade. Soube de que ele estava sendo acusado, com base em inquéritos policiais, de ser o atirador

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

sobre Santoro e que acusou-me no seu lugar. Durante esse longo processo, Pietro Mutti fez tantas acusações que muito frequentemente ficou atrapalhado em suas declarações impossíveis ou contraditórias. Por exemplo, para salvar a sua namorada, acusou outra mulher, Spina, de ser cúmplice no atentado contra Santoro. Mas em 1993, a justiça foi obrigada a reconhecer a inocência da Spina, e libertá-la. Não tenho os documentos comigo, e devo dizer que a escritora e pesquisadora francesa Fred Vargas conhece muito melhor o meu processo do que eu mesmo. Mas sei que, em 1993, segundo creio, a própria justiça percebeu, por seus atos e suas palavras, que Pietro Mutti era "habituado aos jogos de prestidigitação" e que, frequentemente, dava o nome de uma pessoa em lugar de outra. A parte a tortura, a única desculpa que se pode dar a Pietro Mutti, por ter-se sujeitado a fazer as suas terríveis e falsas acusações é que seguia uma regra: proteger os acusados presentes, lançando a culpa sobre os ombros dos ausentes. Como quando acusou Spina até que se reconheceu a sua inocência em 1993.

Mutti não foi o único arrependido acusador. Quero explicar aos Senhores Ministros que, nessa época, durante os processos nos anos de chumbo, o sistema das torturas e dos "arrependidos" foi utilizado correntemente (ver relatório de Anistia Internacional e da Comissão Européia) e com uma intensidade específica pelo procurador Spataro. Sabíamos todos que era terrível a ver Spataro como procurador. O sistema dos "arrependidos" não funcionava sobre o único testemunho de um só homem. Era necessário obter outros "testemunhos" de arrependidos de modo que a acusação fosse "confirmada" e parecesse sólida. Houve por conseguinte outros membros dos PAC que me acusaram, juntamente com Pietro Mutti, como Memeo, Masala, Barbetta, etc.

Todos eram arrependidos ou "dissociados", e todos ganharam reduções de pena ou liberdade imediata, ou evitaram a prisão perpétua. Assim, por exemplo, Memeo, o que matou Torregiani e Campagna, Cavallina o "ideólogo" dos grupos dos duros, Fatone, Grimaldi, Masala, que fizeram parte do comando contra Torregiani, Diego Giacomini que executou Sabbadin. Todos estes obtiveram sua liberdade em troca da confirmação de Pietro Mutti,

No que respeita à morte de Santoro, já contei da reunião que se seguiu e que decidiu a minha saída do grupo. Sei apenas que Arrigo Cavallina e Pietro Mutti defenderam ardentemente esse crime durante aquela reunião e que a polícia os acusava de tê-lo cometido.

Não pertencia mais ao grupo quando foram cometidos os três outros assassinatos, por conseguinte os meus conhecimentos precisos estão limitados. Mas a mídia que me acusa incessantemente de, voluntariamente, ter "atirado sobre Torregiani" e, mesmo, de ter "atirado sobre o seu filho", sabe efetivamente que isso é totalmente falso. A justiça italiana reconheceu que os quatro homens do comando eram Grimaldi, Fatone, Masala e Memeo, que atirou sobre o joalheiro. E foi também a justiça que confirmou que a bala que feriu o filho Alberto vinha do revólver de seu pai.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Creio que no inicio Mutti acusou-me desse crime. Mas como acusava-me também do homicídio de Sabbadin, cometido no mesmo dia a centenas de quilômetros, disse que eu era o "organizador". Expus já o que se passou na reunião quando tentei impedir esta ação. Quanto a Sabbadin, Giacomini "sub-chefe para a região de Veneza" confessou ter atirado sobre ele. Como Mutti primeiro tinha dado o meu nome como "atirador" transformou-me, após as confissões de Giacomini, em motorista, do lado de fora. Sóque nem assim funcionou, pois resultou posteriormente que o "motorista" era uma mulher. Senhores Ministros nem mesmo sei onde é esta aldeia onde foi morto Sabbadin.

Por último, sei que Mutti acusou-me ainda de ter atirado sobre Campagna. À época, nada soube sobre a preparação desse crime, não mais que sobre o de Sabbadin. O que sei é que uma testemunha ocular descreveu o agressor como um homem muito grande, de 1,90 metros, enquanto em meço 20 centímetros menos. O resto a escritora e pesquisadora Fred Vargas explicou-me: a balística provou que a bala vinha da arma de Memeo, o que atirou sobre Torregiani. E que uma testemunha diz que tinha acreditado entender, pelas palavras de Memeo, que ele que tinha atirado. Mas esta testemunha é talvez um arrependido e não tenho certeza sobre o responsável pela morte de Campagna.

Não sou responsável por nenhum dos homicídios de que sou acusado, Senhores Ministros. Constantemente fui utilizado no processo como um bode espiatório, por arrependidos. A melhor prova de que digo a verdade é que falsos mandatos foram fabricados, como a perícia grafotécnica comprovou, de modo que os advogados Gabrieli Fuga e Giuseppe Pelazza "representaram-me" no processo na minha ausência. Por quê? Certamente não para defender-me, certamente não para o meu bem, dado que fui condenado à prisão perpétua com privação de luz solar. Mas certamente para tornar a acusação contra mim mais aceitável e criar cenário favorável para uma pena mais rigorosa. Até muito tempo depois da simulação de julgamento eu não sabia que existiam falsas procurações.

Esta descoberta devo-a à Fred Vargas e à minha advogada francesa Elisabeth Maisondieu Camus. Foi Fred Vargas que me deu a informação, quando foi visitar-me na prisão em 2007, em Brasília. Um antigo companheiro (quem? Pietro Mutti?, Bergamini?) deu aos advogados as folhas brancas que tinha assinado em 1981, antes de minha fuga. Duas destas folhas foram preenchidas depois em 1982, com "minha letra aparentemente". Fred Vargas, explicou-me que o mesmo texto o do verdadeiro mandato que assinei em 1979 foi copiado duas vezes, e que os dois textos estão sobrepostos por transparência, enquanto que foram escritos com dois meses de intervalo, "datados" de maio e julho de 1982.

Uma pericia francesa provou, em janeiro de 2005, que as três assinaturas, dos três mandatos foram efetuadas no mesmo momento e que, por exemplo, o texto do mandato de 1990, supostamente enviado do México (mas o envelope não existe). Foi datilografado acima da minha assinatura de nove anos atrás. A perícia provou também que as datas não foram escritas por minha mão, assim como também o escrito nos envelopes dos dois primeiros "mandatos".

Quando os meus advogados franceses souberam disso, comunicaram imediatamente, em janeiro de 2005, ao Conselho de Estado Francês. Assim procederam porque a França não tem o direito de extraditar um condenado em ausência que não foi informado de seu processo. Esses três falsos mandatos provavam que eu não havia sido informado (se sim, teria escrito os mandatos eu mesmo). Muito infelizmente, o Conselho de Estado, submetendo-se à vontade do presidente Jacques Chirac, recusou-se a examinar a

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

falsidade dos mandatos. Aceitaram a extradição afirmando que "tinha sido informado e representado como se os mandatos fossem verdadeiros". Em seguida os meus advogados franceses apresentaram a comprovação dos três falsos documentos à Corte Européia, mas lá também foi inútil, pois, certamente por interferência do governo francês, como esclareço em seguida, a Corte Européia fechou os olhos, ignorou a prova pericial e disse que os mandatos eram verdadeiros. O meu advogado francês Eric Turcon informou-me em Brasília que essa "Corte Européia" tinha sido constituída exclusivamente por magistrados franceses, muito vinculados a Jacques Chirac. Este único fato, Senhores Ministros, prova que meu processo italiano foi viciado, sendo esse, um dos elementos que o Ministro Tarso Genro reconheceu. E que a aprovação da extradição pelas três Cortes francesas, e em seguida pela Corte Européia, foi sempre fundada sobre a existência daquelas procurações que são absolutamente falsas, o que fica evidente num exame a olho nu. Por que essas Cortes, informadas das falsidades desses documentos, se recusaram a considerar este ponto da mais alta relevância?

O Secretário Nacional de Justiça do Brasil, Romeu Tuma Jr., por solicitação do Ministro da Justiça Tarso Genro, teve a oportunidade de examinar detalhadamente os documentos apresentados pela historiadora e arqueóloga Fred Vargas, em diálogo de duas horas, em companhia do senador Eduardo Suplicy, documentos nos quais se evidencia que houve a falsificação das procurações, conforme a análise técnica com reconhecimento oficial, feita pela responsável por estudos de grafologia na França, senhora Evelyn Marganne. Será muito importante que Vossas Excelências também possam examinar com atenção estas provas, que muito contribuíram para fundamentar o que foi expresso na decisão do Ministro Tarso Genro. Por esse motivo anexo aqui os documentos levados pela pesquisadora Fred Vargas ao Dr. Romeu Tuma Jr. e encaminhados ao Ministro Tarso Genro pois eles mostram a evidência da falsificação das procurações e apóiam as explicações detalhadas das folhas nas conclusões da Justiça italiana a meu respeito.

Assinalo que todas as testemunhas arroladas que contaram que eu teria participado dos quatro assassinatos foram beneficiarias pela "delação premiada" com consequente diminuição de suas penas e/ou de sua libertação. O senhor Walter Fanganiello Maierovitch afirma em seus artigos que a justiça italiana não aceita o depoimento de um "arrependido" que use da delação premiada, se por ventura não falar a verdade. Entretanto, a própria justiça italiana não invalidou a denuncia contra mim feita por Pietro Mutti apesar das contradições acima assinaladas. Observo também que na entrevista dada por Pietro Mutti à Revista Panorama, na qual se baseou a "Revista Veja" para concluir que eu era culpado dos quatro assassinatos, diferentemente do que se deu a entender não há foto recente de Pietro Mutti.

A foto lá mostrada é do tempo em que nós convivíamos e suas palavras são exatamente as mesmas que pronunciou à época da denúncia. De minha parte estou disposto a confirmar pessoalmente, perante Vossas Excelências, tudo o que estou dizendo. Assim como estou disposto a afirmar aos familiares das quatro vítimas, olho no olho, que não matei seus entes queridos. Sei que a justiça do Brasil tomará em consideração todos os elementos que, postos juntos, provam a minha inocência e a maneira tremenda como fui utilizado como bode expiatório durante esse processo tão cheio de falhas na Itália. A cólera desproporcionada de alguns setores da Itália decorre, em grande parte, do fato que não querem ou não lhe convém, reconhecer que o meu processo foi totalmente falseado, como tantos outros desse mesmo período (houve 4.700 processos contra a extrema esquerda durante os anos de chumbo).

Espero, Senhores Ministros, que me tenham entendido, apesar do ataque irracional e desmedido de

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

setores muito influentes de um país — a Itália — contra mim. Sobre a minha vida e sobre a minha honra, posso afirmar que lutei sempre contra as ofensas físicas durante a revolta italiana, e que nunca atentei contra a vida das pessoas. Essa é a verdade, que nenhuma prova contrariou.

Solicito à Vossas Excelências, Senhores Ministros, receber as expressões de meu respeito e da mais elevada consideração.

Cesare Battisti

Date Created
27/02/2009

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.